

CARTA ABERTA DO MOVIMENTO IRQ - INDÍGENAS, RIBEIRINHOS E QUILOMBOLAS À SOCIEDADE E ÀS INSTITUIÇÕES DE ESTADO

Diante da realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em curso na cidade de Belém, e levando em conta as diferentes movimentações políticas e empresariais a esse respeito, tanto no âmbito regional quanto internacional, consideramos pertinente nos posicionarmos publicamente em relação aos desafios socioambientais inerentes ao Vale do Acará, na contramão dos oxímoros políticos e corporativos reproduzidos à exaustão nesse momento crucial que caracteriza a urgência do nosso tempo.

O denominado “Vale do Acará”, composto pelos municípios de Acará, Tomé-Açu, Bujaru, Concórdia do Pará e Tailândia, espelha historicamente uma formação social e cultural fortemente enraizada em povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, os quais mediante intensas e dinâmicas interações, constituíram sistemas de relações e de cuidado harmonioso com a natureza. Enquanto o paradigma antropocêntrico ocidental orientado pela ideia de progresso linear e infinito encarava a natureza como obstáculo a ser vencido e derrubado, esses povos e comunidades tradicionais a tratavam como a base de suas existências, mãe acolhedora e farmácia viva.

Desde a chegada do invasor europeu, a região foi idealizada como colônia de exploração, dedicada a fornecer produtos extraídos da floresta (madeira, cacau, copaíba, salsaparrilha, cravo, pau-rosa, peles de animais e outros) e ao cultivo de cana-de-açúcar e tabaco em grandes extensões de terras assemelhados à *plantation* colonial. Em ambos os contextos, prevaleciam formas de imobilização baseadas no controle repressor da força de trabalho. Indígenas e negros trazidos do continente africano foram submetidos a regimes brutais e desumanos em nome de interesses mercantis de abastecimento da capital e de enriquecimento da metrópole.

Os inúmeros e sucessivos abusos e violações de direitos praticados pelos portugueses desencadearam importantes revoltas camponesas no Vale do Acará no intervalo de 1822 a 1840, as quais culminaram no maior movimento insurrecional da história da Amazônia e do Brasil, a Cabanagem. Entre seus destemidos líderes podemos destacar Cacique Mateus (de Itapeua, Alto Acará), Manoel Maria (do igarapé Caruara,

Ato Acará) e Preto Félix (do rio Acará-Mirim), que juntamente com centenas de valorosos combatentes, ousaram desafiar o poder regencial e criar um governo dos despossuídos. Os rotulados “clubes de rebeldes”, organizados no Partido Negro Cabanal de Acará, provocavam grande temor nos colonizadores, não apenas em decorrência dos prejuízos causados nas plantações, mas principalmente por conta dos desdobramentos de uma aliança entre povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

É deste chão regado a sabedorias ancestrais, sangue, coragem, lutas e resistências que brotamos. Nossas vivências e formas de ser, pensar e agir se entrelaçam com o valioso legado deixado por nossos antepassados. Ele atravessa as contingências do tempo e nos mostra sabiamente os caminhos para manter o cuidado com o meio ambiente, sem descuidar da luta pela efetivação dos direitos territoriais e étnicos que nos são assegurados.

Esse propósito fundamental tem guiado as ações de autodemarcação e de retomada de terras griladas sobrepostos a territórios tradicionais, conduzidas pelo Movimento IRQ - Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas nos últimos anos. Grupos econômicos de fora, que inspirados numa visão colonialista e escravista, impunham o medo e o terror em nossos territórios, foram expulsos por nós. Com altivez e dignidade, decidimos dar uma basta às sucessões de abusos, crimes e violações cometidos contra nossas comunidades e lideranças. Para que isso fosse possível, vários de nossos companheiros e companheiras tombaram ao longo do caminho. As memórias de Nazildo, Artêmio, Josivane, Abiair, Albertino, Edilson, Adonias, Adinaldo permanecem vivas em nossas práticas cotidianas.

Entre os maiores rastros de destruição deixados por esses grandes empreendimentos do agronegócio e da mineração destacamos o desmatamento e a degradação, a contaminação e assoreamento de igarapés, a escassez de animais silvestres e de peixes, a poluição do ar, a incidência de moscas, o impedimento à liberdade de ir e vir, as interdições a áreas de uso comum, o medo de sair de casa e não saber se volta. Mesmo diante de tantas adversidades, de forma autônoma e inspirados na ideia de autogoverno, assumimos o desafio de mudarmos esse estado de coisas. Após as retomadas, os crimes socioambientais cessaram. Hoje, somos nós quem cuidamos da nossa casa comum.

No entanto, o Estado Brasileiro tem se comportado sistematicamente de forma morosa e leniente quando o assunto é reconhecer os direitos territoriais e étnicos dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos do Vale do Acará. Ágil em reprimir e lento em titular e demarcar nossos territórios. Assim funcionam os órgãos de Estado. Esse tem sido, sem dúvida alguma, o principal motivo de agravamento dos conflitos verificados nos últimos anos. O mesmo país que se compromete internacionalmente em defender o meio ambiente, é o mesmo que nega direitos a quem dele cuida centenariamente.

Assim sendo, considerando as iniciativas locais que vêm sendo discutidas para serem apresentadas durante a COP-30, entendemos que não é possível idealizar algo em nome do meio ambiente e da sustentabilidade se não se leva em conta exatamente os pontos de vista de quem cuida do meio ambiente. Discordamos da monotonia discursiva que tenta fazer parecer que só existe um sistema produtivo sustentável no Vale do Acará, chamado “sistema agroflorestal”, pretensamente idealizado pela colônia japonesa.

Avessos a qualquer tipo de xenofobia, entendemos ser necessário colocar os pingos nos “is” em relação a esse assunto. O legado de nossos ancestrais, transmitido geração após geração, observável em sítios, taperas, quintais, terreiros, pomares e roças é resultante de uma complexa e intrincada sabedoria no cuidado com a natureza, em que o econômico é apenas um dos elementos, mas não o principal e nem o mais determinante. São plantas e espécies que refletem ancestralidade, memória, cultura, história, subsistência, dádivas, bem viver. Portanto, repudiamos as reiteradas tentativas de apagamento de nossos modos de existência e dos sistemas ecológicos que o sustentam. Repelimos ainda o discurso etnocêntrico e assimilacionista que insinua uma suposta igualdade e homogeneidade entre grupos sociais com bagagens culturais, econômicas e políticas distintas.

Há provas incontestáveis de que nossas práticas culturais de viver em harmonia com a natureza advém de nossos ancestrais, legítimos guardiões da natureza e precursores de cuidados ambientais que combinam práticas produtivas, sustentabilidade e bem viver. Taperas centenárias compostas por uma diversidade de espécies frutíferas, arbóreas, plantas medicinais e de animais da fauna amazônica, estão espalhadas em

todos os territórios de nossa região e comprovam a relação indissociável entre nossos povos e a conservação da sociobiodiversidade.

A implantação do Projeto de Colonização JAMIC [*Japanese Migration, Immigration and Colonization Company*] no município de Acará, em áreas dos atuais municípios de Acará e Tomé-Açu, representou para nós, povos indígenas e quilombolas, a apropriação fundiária de parcela expressiva de terras ocupadas pelas etnias Tembé e Turiwara, que se consumou quando da demarcação diminuta da TI Tembé, e de contínuas invasões de territórios quilombolas ocorridos ainda hoje. Além desta intrusão oficialmente patrocinada pelo Estado brasileiro, hoje estamos diante de uma nova modalidade de apropriação: a cultural, representada pela insidiosa tentativa de fazer acreditar que o SAF é uma criação autenticamente japonesa.

Salientamos que o significado de território para nós representa vida, liberdade e autonomia. Ele é a base de nossa existência física, social, econômica, cosmológica e ancestral. Por isso defendemos que nossos territórios sejam espaços livres e demarcados, sem invasões, intervenções externas ou qualquer tipo de confinamento. Entendemos que a discussão sobre justiça climática só fará sentido se levar em consideração essa perspectiva e garantir o respeito aos nossos direitos.

Diante do exposto e considerando a necessidade de incidir a respeito dos compromissos voluntários a serem assumidos pelo governo brasileiro durante as negociações climáticas que ocorrerão na COP-30, reivindicamos a assunção de duas Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDC's objetivando o reconhecimento de direitos territoriais e étnicos como elemento fundamental para a conservação da sociobiodiversidade amazônica. O primeiro tem a ver com a **demarcação de terras indígenas**, que em nossa região somam em torno de 10 (dez) territórios aguardando o cumprimento do disposto no art. 231 da Constituição Federal de 1988. O segundo, trata da **titulação coletiva de territórios quilombolas**, os quais permanecem à espera da efetivação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As duas NDC's são fundamentais para assegurar o reconhecimento de direitos constitucionalmente assegurados, mas sistematicamente violados. São 525 anos de espera para os povos indígenas, desde que nossos territórios começaram a ser invadidos. Os quilombolas, por sua vez, esperam pela titulação coletiva há 134 anos, se contarmos

da Abolição da Escravatura em diante. É chegada a hora de os verdadeiros defensores do meio ambiente protagonizarem a mudança, tão necessária em tempos de emergência climática.

Em relação ao tema da demarcação de terras indígenas, salientamos que queremos territórios livres e SAF.

Subscrevem esta carta as associações que compõem o Movimento IRQ e organizações e movimentos sociais que apoiam esta carta.

Tomé-Açu/PA, 20 de novembro de 2025.

Associações que compõem o Movimento IRQ

Organizações apoiadoras do documento:

Rede de pesquisa TEMA - Territórios e Meio Ambiente

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/UFMG

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Grupo de Pesquisa Cartografia Social, Territorialidades e Emergência Climática
– UFRA

Grupo de Pesquisa Ecologia Humana, Natureza e Povos Amazônicos =
EHNAPAM – UFPA

Grupo de Pesquisa ReExisTerra (NAEA/UFPA)

Grupo de Estudos de Ecologia Histórica e Política nas Bacias do
Trombetas, Tapajós e Xingu – UFPA e UFOPA

Grupo de pesquisa Campesinato, Territórios e Conflitos na Amazônia – INEAF/UFPA

Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade
Federal do Maranhão (Gedmma/UFMA)

Representação de discentes do Programa de Pós-Graduação em Agricultras
Amazônicas – PPGAA/UFPA